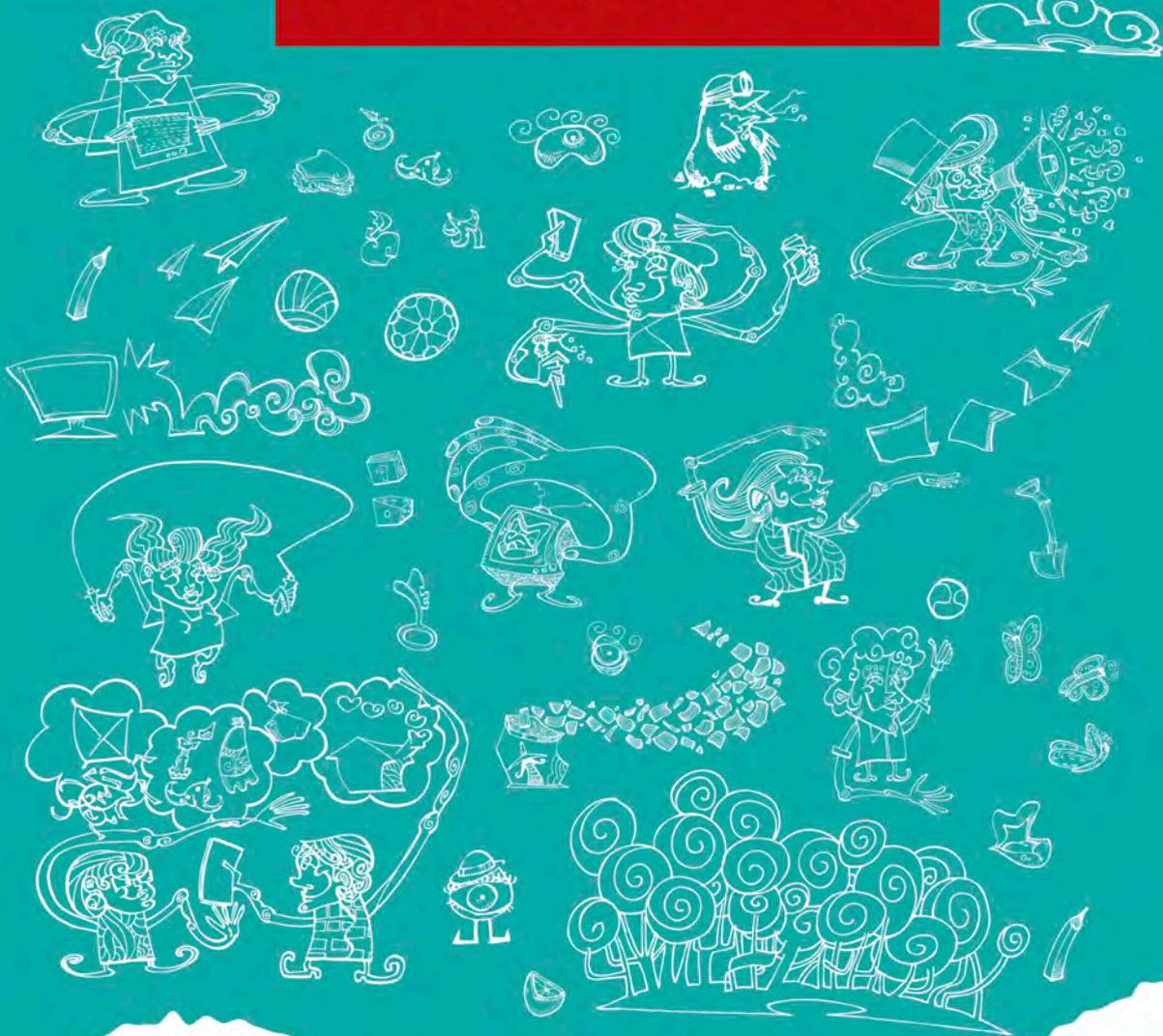


Juscelino Dourado
Fernanda Belizário
Alciana Paulino

ESCOLAS SUSTENTÁVEIS



Juscelino Dourado

Fernanda Belizário

Alciana Paulino

ESCOLAS SUSTENTÁVEIS

Copyright © 2015 Oficina de Textos

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Conselho editorial Arthur Pinto Chaves; Cylon Gonçalves da Silva;
Doris C. C. K. Kowaltowski; José Galizia Tundisi;
Luis Enrique Sánchez; Paulo Helene; Rozely Ferreira dos Santos;
Teresa Gallotti Florenzano

CAPA, PROJETO GRÁFICO Malu Vallim
DIAGRAMAÇÃO Letícia Schneiater
PREPARAÇÃO DE TEXTO Patrícia Zagni
REVISÃO DE TEXTO Hélio Hideki Iraha
IMPRESSÃO E ACABAMENTO Intergraf

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Dourado, Juscelino
Escolas sustentáveis / Juscelino Dourado, Fernanda Belizário,
Alciana Paulino. -- São Paulo : Oficina de Textos, 2015.

Bibliografia.
ISBN 978-85-7975-222-3

1. Desenvolvimento sustentável 2. Educação - Finalidades e objetivos
3. Gestão educacional 4. Políticas públicas 5. Sustentabilidade
I. Belizário, Fernanda. II. Paulino, Alciana.
III. Título.

15-09147

CDD-370.115

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação sustentável 370.115

Todos os direitos reservados à Editora **Oficina de Textos**
Rua Cubatão, 959 CEP 04013-043 São Paulo SP
tel. (11) 3085 7933 fax (11) 3083 0849
www.ofitexto.com.br atend@ofitexto.com.br



Agradecimentos

Agradecemos a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para a existência do Escolas Sustentáveis. Aos criadores e criadoras, educadoras e educadores, alunas e alunos que acreditaram conosco na potencialidade transformadora desse projeto. Às diferentes parceiras e parceiros que aceitaram o desafio de tornar esse processo uma realidade sensível que há tanto tem nos transformado.

Agradecemos também a todas as pessoas que passaram pelo Instituto Estre e, nessa relação profícua de troca, contribuíram para nossas reflexões e práticas. Principalmente àquelas que construíram o que é hoje o Instituto Estre: nossa equipe, nosso grupo e primeira comunidade. Ao longo dos anos, essa equipe adotou diversas formas e composições, mas sempre, sem medo das utopias e com os pés no chão, caminhou e se engajou numa educação ambiental emancipadora.

Não poderíamos deixar de agradecer à Estre Ambiental, que, em seu propósito de retribuir à sociedade o que recebe dela, criou e mantém o Instituto Estre. A todos os colaboradores e colaboradoras dessa empresa que sempre apoiaram as ações do Instituto e com ele estabeleceram uma relação de afeto.

Por fim, mas não menos importante, agradecemos e parabenizamos cada pessoa que, mesmo lidando com seus afazeres cotidianos, se engaja em projetos coletivos. Esta obra é dedicada a você.



Apresentação

MARCOS SORRENTINO¹
SIMONE PORTUGAL²

ESCOLAS NA TRANSIÇÃO PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

Fernando Birri (citado por Eduardo Galeano)

O registro “é História, memória individual e coletiva eternizadas na palavra grafada”, como diz Madalena Freire.

Quando registramos os passos da construção de um projeto, de um percurso formativo, da implantação de uma política pública, de forma organizada e sistemática, contribuímos e nos comprometemos com sua continuidade.

Além de um grande desafio, sistematizar experiências é um exercício de reflexão crítica, a busca de uma compreensão mais profunda da complexidade do que foi vivenciado e de seus sentidos.

Foi esse um dos caminhos percorridos por Juscelino, Fernanda e Alciana ao elaborarem esta importante obra, que, escrita de forma didática e fluida, certamente poderá servir de inspiração e subsidiar novas ideias e ações, comprometidas com a transformação humana, social e com a qualidade de vida desta e de futuras gerações.

Eles nos mostram que a transição da escola em direção à sustentabilidade exige determinação para enfrentar os problemas reais que surgem

¹ Professor e ambientalista, ex-diretor de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente do Brasil (2003/2008) e coordenador do Laboratório de Educação e Política Ambiental (OCA) da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), da Universidade de São Paulo (USP).

² Consultora em Educação Ambiental, com experiência em elaboração de livros e materiais didáticos para crianças, jovens e professores e gestão de Conselhos Escolares e Associação de Pais e Mestres. Mestre em Educação pela Universidade de Brasília.



no dia a dia, assim como para abrir espaços que favoreçam a enunciação de perguntas, dúvidas e utopias, capazes de estimular o diálogo e incrementar a potência de agir, fortalecendo emocional e intelectualmente cada pessoa com ela envolvida.

Escolas e comunidades podem ser referências concretas de sustentabilidade socioambiental se conseguirem estabelecer elos entre o seu currículo, a gestão e os espaços físicos, com apoio e participação da comunidade.

Embora essa participação seja um princípio fundamental quando se fala na emergência e consolidação de uma cultura de gestão democrática e inclusiva, parece ser ainda inexpressiva a quantidade de escolas que conseguem vivenciá-la no seu cotidiano. Talvez isso aconteça porque, embora famílias e comunidades muitas vezes tenham interesse em participar, não têm consciência do papel nem da contribuição que poderiam dar para melhorar a educação de seus filhos, não sabem como fazer isso ou não se sentem, de fato, pertencentes e acolhidas no espaço escolar.

Cabe à escola, às redes de ensino e às políticas públicas fomentar, orientar e apoiar essa participação. A existência de Conselhos Municipais de Educação, promovendo o diálogo comprometido com a formulação, a implantação e a avaliação da Política Municipal de Educação, de um projeto político-pedagógico territorial e de um coletivo educador com círculos locais e descentralizados de aprendizagem participativa é essencial.

Assim como Conselhos Municipais voltados à educação de toda a sociedade, nos quais a escola exerça um papel central na construção da sustentabilidade socioambiental, por meio de processos educadores permanentes, continuados, articulados e com a totalidade dos habitantes de cada território.

Para tanto, não bastam ações isoladas e descontinuadas. São necessários processos de ambientalização em cada instituição e compromissos destas com mudanças mais amplas no município, na bacia hidrográfica, no estado e no país.

O Instituto Estre vai buscar no diálogo com universidades, governos e especialistas da área o aprimoramento de seu fazer educador e ambientalista, colocando-o a serviço de um projeto maior de transformação educadora das sociedades.



A parceria que estabeleceu com o Laboratório de Educação e Política Ambiental (OCA) da Esalq-USP e com prefeituras municipais é uma demonstração desse esforço em superar projetos e ações pontuais, desenvolvendo métodos e técnicas que possam ecoar educação ambiental nas escolas e nas sociedades por elas responsáveis.

Essa utopia que ilumina o caminhar vai ganhando materialidade com as iniciativas relatadas nesta obra e a práxis educadora e ambientalista de inúmeras professoras, professores, educadoras e educadores, que são desenvolvidas por todo o país em escolas, empresas, prefeituras municipais, movimentos sociais, associações de cidadania e em outras frentes. Publicações como esta contribuem para o fortalecimento e a valorização dos trabalhos por eles realizados.



Prefácio

RACHEL TRAJBER³

Agradeço o convite para escrever o prefácio deste livro, fato que muito me honra.

Como colaboradora na elaboração da base das políticas públicas para a criação das escolas sustentáveis no Ministério da Educação (MEC), agradeço a oportunidade de conhecer a reflexão sobre a práxis da educação ambiental que esta obra apresenta, ao encarar a conturbada relação entre políticas públicas e pedagógicas.

Agradeço a oportunidade de aprender com os olhares de Juscelino, Fernanda e Alciana – Instituto Estre, além do olhar parceiro do Laboratório de Educação e Política Ambiental (OCA) da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), da Universidade de São Paulo (USP). Como diz a canção de Ceumar, “Teu olhar, teu olhar melhora, melhora o meu”.

Ao analisar o intuito deste trabalho em promover escolas sustentáveis, percebe-se bem a complexa realidade das comunidades escolares, em articulação com as Secretarias de Educação de Piracicaba e Curitiba, para se engajarem em debates que buscam mudanças e inovações.

Vou contar uma história de Mulla Nasrudin escrita por um sábio espirituoso, com senso de humor e natureza pedagógica que viveu no século XIII na atual Turquia. Mulla viajava pelo mar quando uma grande tempestade começou a encher o barco de água e ameaçar um naufrágio. Enquanto o capitão e sua equipe de marinheiros tentavam freneticamente retirar a água da pequena embarcação, Mulla permaneceu imóvel. Além de não cooperar, ele começou a pegar água do mar e a colocá-la dentro do barco. Assustado, o capitão gritou: “Você enlouqueceu? Pare!

³ Presidente do Fundo Brasileiro de Educação Ambiental (FunBEA). Entre 2004 e 2011, foi coordenadora-geral de Educação Ambiental/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi)/Ministério da Educação (MEC): Conferência Nacional Infantojuvenil Vamos Cuidar do Brasil (três edições), Conferência Internacional Vamos Cuidar do Planeta, 2010/MEC, e Conferência Nacional do Meio Ambiente/Ministério do Meio Ambiente (MMA), em 2003. Hoje, coordena o projeto-piloto Cemaden Educação, é membro do Conselho do Instituto Ecoar para a Cidadania e participa da Rede Planetária do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. É doutora em Antropologia e Linguística pela Purdue University, em Indiana (EUA).



Ajude e não atrapalhe!”. Mulla respondeu: “Minha mãe sempre me ensinou a ficar do lado do mais forte”.

Uma bela metáfora para os dias de hoje, quando o nosso “barco”, nossa frágil casa comum, está fazendo água por todos os lados. Será que somos tão diferentes assim de Mulla Nasrudin da parábola? Será que não continuamos tentando, a qualquer custo, nos colocar ao lado dos “fortes e poderosos”, de um modelo socioeconômico que destrói as bases de sustentação da vida no planeta?

A crise planetária coloca em evidência a enorme dificuldade humana de impor limites em um modelo hegemônico que só promove o conflito entre desenvolvimento (mesmo em sua modalidade sustentável ou verde) e pobreza, meio ambiente e paz. Nesse sentido, a mudança climática atua como um multiplicador de ameaças e aumenta a intensidade e a frequência de eventos extremos. Esse fenômeno que gerou a era geológica do Antropoceno⁴ exacerba as vulnerabilidades existentes e altera a já perversa distribuição e fornecimento de recursos.

Em outras palavras, os impactos se entrecruzam e potencializam outras problemáticas, como as crises econômicas, o agravamento das desigualdades sociais, o superconsumo para uns e a precariedade para a maioria, como diz o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (Rio-92). Há um maior aprofundamento das desigualdades e vulnerabilidades socioambientais, exigindo mais justiça social, justiça ambiental e, agora, justiça climática (Milanez; Fonseca, 2011) para aqueles que menos contribuíram para o atual estado do clima e que serão exatamente os que mais sofrerão as consequências se nada for feito.

Diante disso e pelos riscos tangíveis das alterações climáticas, como a intensificação de desastres, é premente integrar políticas públicas educacionais estratégicas para realizar as transformações necessárias em direção a uma cultura política e social com metas de sustentabilidade e resiliência das comunidades, em especial as mais vulneráveis (Jacobi et al., 2011).

⁴ O holandês Paul J. Crutzen, Prêmio Nobel de Química de 1995, criou o conceito de Antropoceno. Impressionado com a intensidade da moderna escala de destruição do meio ambiente, concebeu a possibilidade dessa era geológica, na qual o extermínio do ecossistema seria desencadeado pela cada vez mais frequente ação humana (baseado em Santana, s.d.).



O grande mérito do livro é ousar trilhar caminhos na experimentação em diálogos com o dentro e o fora da escola, agregando outras propostas, interagindo com coletivos formados em cada escola, segundo princípios de inclusão e diversidade.

Aposta em políticas públicas governamentais do órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, procurando colocá-las em ação por meio de práticas e metodologias voltadas para espaços educadores sustentáveis. Ao mesmo tempo, propõe trazer mudanças nos rumos dessas ações, na busca de propiciar impactos sobre as escolas e comunidades, sem, contudo, fixar-se em cânones, dogmas ou em um pensamento único, sem buscar a aprovação de uma “comunidade” política, pedagógica ou científica.

Em linguagem coloquial, a publicação de experiências pedagógicas incentiva novas aprendizagens, pois, como sabemos – e o livro explicita –, uma escola aprende com a outra, contribui com o adensamento da educação ambiental. Esses processos agregam novas questões, abordagens e massa crítica ao planejamento em educação ambiental, sustentabilidade e resiliência, especialmente em tempos de duras disputas de várias agendas nas políticas públicas.

Pedagogia da alegria

Durante a Conferência Internacional Infantojuvenil Vamos Cuidar do Planeta, um professor que acompanhava a delegação francesa e a Fondation Charles Léopold Mayer relatou-me que queriam nomear as metodologias desenvolvidas no Brasil de “pedagogia da alegria”.

Neste livro, a busca de modos de vida sustentáveis de ser, fazer, pensar e educar tornou possível transformar dificuldades em alegrias: “Sorrir e sentir-se satisfeito precisa fazer parte do projeto”, afirmam os autores. Isso se deve ao respeito à alteridade, em que cada escola tem seu próprio caminho, seu tempo de lidar com a “experiência tensa da cultura do compartilhar o coletivo que se aprende”, a lidar com o conflito e as relações de poder; e diversidade (étnico-racial, de orientação sexual).

Ao tratar sempre do copo meio cheio (em vez de lidar com o copo meio vazio da crítica imobilizadora), o texto preconiza a importância do engajamento político, da participação cidadã, do diálogo que permite emergir



o novo, do exercício da escuta, do cuidado como condições para a emancipação social.

A missão do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), elaborado com base na colaboração de inúmeros educadores e educadoras ambientais, é “contribuir para a construção de sociedades sustentáveis, com pessoas atuantes e felizes”. A felicidade é a base da filosofia, como escreveu Aristóteles, nas cartas a seu filho, Nicômaco, e Spinoza, que a relaciona à potência de ação.

As vivências da equipe com a comunidade escolar mostram que processos participativos e de cocriação geram mudanças sutis de valores, produzindo resultados de alegria e felicidade tanto para as comunidades escolares como para as equipes.

Integridade e coerência

Como parte da responsabilidade social empresarial de um grupo voltado para soluções ambientais, o Instituto Estre tem como missão estimular a mudança de atitudes em relação ao meio ambiente e à sociedade por meio da educação, com o intuito de melhorar a qualidade de vida para a atual e as futuras gerações.

O livro demonstra que a sustentabilidade está na contramão da construção histórica de uma lógica capitalista e de mercado, na qual a produção deixou de ser uma resposta às necessidades básicas e reais da humanidade. Grande parte da ciência e da tecnologia passou a se constituir em uma forma de alguns grupos deterem os meios de produção e acumularem riqueza por meio da indução artificial de demandas. Para concentrar poder e renda, estimulam o consumo crescente de bens que podem produzir e vender. Sem critérios ambientais e muito longe de se pensar numa ética para a felicidade, produzem-se volumes insustentáveis de lixo e poluição.

O livro abre horizontes, preconiza alternativas que “não têm o lucro como seu objetivo, mas o bem viver”, ao aportar diferentes perspectivas de sustentabilidade e democracia comunitária da América Latina e da África, como o *ubuntu*. Essa é uma palavra comum a várias línguas africanas e refere-se a tudo o que há de humano: amizade, solidariedade, capacidade de amar o próximo e de viver em comunidade.



O próprio conceito de “espaço educador sustentável”, aquele que tem a intenção de educar para a sustentabilidade, sendo coerente, “mudou a missão e a visão do Instituto Estre”, conforme a introdução do livro. Refletir e debater sobre sustentabilidade promoveu a transformação da equipe e do Instituto, que passou a vivenciar com profundidade a famosa frase de Mahatma Gandhi: “Seja a mudança que você quer ver no mundo”.

Desse processo interno surgiu a possibilidade de contribuir para que cada escola possa se tornar referência viva, ou “um espaço irradiador de sustentabilidade para a comunidade”, como chamam os autores, e não um modelo a ser imitado, copiado, trazendo a motivação de tornar algumas escolas espaços educadores sustentáveis sonhados, “inclusivos, democráticos, justos, equitativos e ambientalmente sustentáveis”. Em contato com o papel social das escolas “reais”, com suas resistências e aberturas para novas aprendizagens, os autores repensaram constantemente metodologias, abordagens, práticas e avaliações e revisitaram o papel do poder público em seus âmbitos nacional, subnacional e local.

A experiência prática com as escolas, professores e professoras, estudantes, funcionários e funcionárias, pais e mães e a comunidade escolar reafirma que devemos ser “realistas” sobre os processos de transição para a sustentabilidade, que tendem a ser lentos e “progressivos”.

O quarto pilar: cidadania, participação e comunidade

Por diversos caminhos trilhados, nas teorias estudadas e nas práticas desenvolvidas, decidiu-se incluir um “quarto pilar”, o da cidadania, além dos indicados inicialmente pela Coordenação-Geral de Educação Ambiental/MEC, as edificações, a gestão e o currículo.

Essa ideia foi apropriada pelo documento Programa Nacional Escolas Sustentáveis (PNES) (versão preliminar de 2 de junho de 2014) em consulta pública. Segundo a proposta de políticas públicas da Coordenação-Geral de Educação Ambiental/MEC, as ações das escolas sustentáveis se organizam “em torno de quatro componentes: (1) currículo da escola sustentável; (2) gestão democrática para a sustentabilidade; (3) espaço escolar e sustentabilidade; (4) relações escola-comunidade”.



Existem sinergias entre o livro e o PNES no sentido de ambos chamarem para a reflexão e ação, buscando tornar mais práticas as determinações das Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental, além de integrá-las ao princípio da educação integral. Segundo o PNES, ambos têm

como propósito contribuir para a melhoria da qualidade da educação, criando condições para uma educação cidadã, responsável, crítica e participativa, que possibilite a tomada de decisões transformadoras a partir do ambiente no qual as pessoas se inserem, em um processo educacional que supere a dissociação entre sociedade e natureza.

Ambos também preconizam a “indissociabilidade entre as dimensões da sustentabilidade na escola: currículo, gestão, espaço físico, bem como nas relações escola-comunidade”.

A participação da comunidade favorece a convivência e o planejamento escolar em direção à sustentabilidade por meio da criação e fortalecimento da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (Com-Vida) e de outras instâncias colegiadas existentes dentro e fora da escola.

O pilar cidadania pode levar a escola sustentável e a comunidade local a constituir municípios educadores sustentáveis e a participar de outras instâncias de gestão territorial, como os comitês de bacias hidrográficas. Também pode permitir potencializar o exercício do controle social sobre os processos de transição rumo à sustentabilidade. Além disso, pode criar mecanismos de prevenção, adaptação, resposta e mitigação às emergências socioambientais.

O livro está no campo da integração entre políticas públicas voltadas para o sonho possível de transição para sociedades sustentáveis e as práticas de escolas sustentáveis. Para concluir, emprestamos novamente o *ubuntu*, expressão que significa também “sou o que sou por causa do que todos somos/Eu só posso ser eu através de você e com você”.



Introdução

O termo Escolas Sustentáveis vem sendo usado por espaços educadores, poder público, organizações privadas ou de interesse público, imprensa e diversos atores sociais que têm se preocupado com a forma como os desafios socioambientais podem ser adequadamente tratados no ambiente escolar.

Uma infinidade de espaços escolares vem amadurecendo seu projeto político-pedagógico (PPP) na direção da educação para a sustentabilidade e tem aprofundado suas experiências ao trazer as dimensões da sociedade, economia, meio ambiente, cultura, afetividade e religiosidade para a reflexão e a prática dos alunos e da comunidade escolar.

Nesse sentido, o Instituto Estre tem um trabalho pioneiro. Desde 2011 vem investindo em saberes, práticas e metodologias que apoiam os espaços educadores a se pensarem de forma sustentável. Desde sua primeira experiência em parceria com o Laboratório de Educação e Política Ambiental (OCA) da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), da Universidade de São Paulo (USP), até experiências posteriores com algumas secretarias municipais, o trabalho do Instituto tem sido referido e buscado por pessoas e organizações que queiram debater alternativas e implementar projetos de escolas sustentáveis.

Para nós, ter esse trabalho pioneiro em escolas sustentáveis foi um privilégio e um desafio ao mesmo tempo. Após três anos de atividades organizadas com base em Oficinas Pedagógicas e de Formação de Educadoras e Educadores, havia a sensação de que era preciso dar um passo a mais, transpor o mundo das atividades centradas no currículo – que são a maioria das atividades de educação ambiental no ensino formal – para transbordar esse conhecimento em uma percepção de que a escola, como espaço educador, só poderá ser sustentável na medida em que se reorganize totalmente na direção da sustentabilidade.

Acreditamos que, para todas e todos que se envolveram nessas atividades desde 2011, foi e é um processo transformador. Como orientadores da proposta, poderíamos ter uma visão ingênua de que nosso papel seria tão somente dar suporte a propostas em espaços educadores sem



olhar para a nossa própria casa. Mesmo que soubéssemos que incorporar as Escolas Sustentáveis no portfólio do Instituto transformaria nossa missão e visão, não tínhamos a medida da radicalidade desse processo.

Internamente, refinamos o olhar para nossa missão e visão, aprofundamos os temas de trabalho, que passaram da discussão sobre a geração do resíduo para a discussão sobre as consequências sociais, naturais, ideológicas e identitárias da sociedade de consumo que nos caracteriza como civilização. Viemos transformando e colocando em pauta a democratização dos espaços de voz e fala dentro do Instituto em um processo constante, considerando a hierarquia e outros fatores que marcam organizações de trabalho; trouxemos a discussão sobre desigualdades raciais e de gênero para nossos espaços formadores; implementamos mudanças nos espaços de trabalho.

Para nós, toda essa transformação é uma mostra de que o Escolas Sustentáveis não foi um projeto puramente intelectual criado para as escolas, mas sim uma vivência profunda das dores e das delícias de querermos, de verdade, ser a mudança que desejamos ver no mundo. É a incapacidade de se passar por um processo como esse e continuar a ser o que se era antes que faz a beleza desse projeto.

É a necessidade e o desejo de convidar todas e todos para se engajarem nessa aventura que motivaram a criação deste livro. Esta é a proposta: contar o percurso teórico, metodológico e prático que vem sendo urdido pela equipe do Instituto Estre em interlocução com autoridades públicas, especialistas da academia, professoras e professores interessados em dar um passo além nas suas práticas educadoras ambientalistas.

Por que um passo além?

Sabemos que muitas escolas praticam a educação ambiental com base em um espectro imenso de possibilidades, projetos coletivos, propostas ligadas ao currículo de determinados anos, mudanças nas edificações, entre outras iniciativas.

Uma proposta de Escola Sustentável é, justamente, reunir todas essas experiências de educação ambiental em um grande projeto de transformação para a escola. Uma iniciativa que emane do projeto político-pedagógico (PPP) e reúna diversas frentes que expressem uma escola inclusiva, democrática,



justa e ambientalmente responsável. Uma escola sonhada, onde sonhar seja possível para todas, todos e para qualquer uma ou qualquer um.

Muitas estratégias podem ser desenhadas nesse sentido. A proposta metodológica (ou seja, de como fazer ou chegar lá) que tem sido adotada pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Estre é a divisão entre currículo, edificações, gestão e relacionamento com a comunidade. Essa separação auxilia a pensar, mas em nenhum momento busca entender cada elemento como separado do outro. Tal qual estamos acostumados nas nossas práticas pedagógicas cotidianas, dividimos em pedacinhos para depois construir o todo – e esse todo nunca é perdido de vista.

No cotidiano como educadoras e educadores, acabamos por nos acostumar com a linguagem da gestão democrática, da escola aberta, da importância da comunidade escolar. Em muitos casos, essa linguagem já se tornou o nosso jargão.

No papel, isso faz com que muitas vezes esses projetos suponham, sem dizer, que já exista um contexto mais do que favorável para a sua implementação, somente faltando alguém que a inicie. Entretanto, basta pensarmos em um projeto um pouco mais desafiador que encontramos uma barreira de resistência que parece nos comprimir por todos os lados, mesmo com o apoio de outros educadores e educadoras, da coordenação da escola, de funcionárias e funcionários.

Essa barreira pode nos desafiar nas questões cotidianas, por exemplo, como pensar em um projeto coletivo se os tempos de reunião pedagógica são tão curtos e as pautas, tão extensas? Como pensar em um trabalho extracurricular com alunos se a educadora ou educador acaba o seu turno na escola e tem que sair imediatamente para começar seu trabalho em outra unidade? Como fortalecer os laços com a comunidade escolar se as reuniões de pais e mães estão sempre esvaziadas?

A experiência do Instituto Estre nos ensinou que não podemos separar a escola na sua razão de ser mais elevada de todo o aparato criado para torná-la viável como uma instituição da sociedade. Não adianta dizer que, sem as questões que nos impedem de fazer as mudanças que queremos, a escola seria perfeita. É preciso pensar e trabalhar levando em conta essas dificuldades, com os pés no chão e a cabeça nas nuvens.



Esta é a proposta deste livro: mostrar uma trajetória realista de Escolas Sustentáveis.

Pensamos nesta obra em três partes. Na primeira, apresentamos um percurso teórico, quais foram as ideias, propostas, motivações que estavam sempre conosco como nossas guias, nossas lanternas em um caminho sempre desconhecido. Nessa linha é importante retomar um pouco a forma como pensamos a educação ambiental e as Escolas Sustentáveis.

Na segunda parte, apresentamos um percurso metodológico, mostrando como a teoria – ou o que se pensa e sabe sobre Escolas Sustentáveis – pode ajudar-nos a empreender nossas próprias iniciativas. Também contamos um pouco das experiências do Instituto Estre nos projetos que conduziu nos últimos anos.

A terceira parte é dedicada às práticas. Nesses anos de Escolas Sustentáveis, produzimos muitos conteúdos para apoiar as unidades escolares em seus processos educadores, mas que nunca haviam estado disponíveis para as pessoas que não tivessem participado de nossos projetos. Esses materiais são aqui reproduzidos em seu conteúdo e esperamos que possam servir de inspiração.

Na conclusão, fazemos um apanhado geral das três partes e buscamos apresentar algumas reflexões que, acreditamos, possam orientar o aprimoramento das iniciativas em termos de políticas públicas.

Para o Instituto Estre, trabalhar com escolas sustentáveis representou mudanças profundas. A experiência nos levou a repensar nossa visão e missão, a forma como conduzíamos nossas atividades e a ideia que tínhamos sobre qual deveria ser a nossa contribuição para a sociedade. Nenhum desses questionamentos nos abandonou, tendo sido constantemente pensados, repensados, praticados e avaliados em uma espiral que cresce, se multiplica e permite vislumbrar novos horizontes.

Esperamos que as pessoas que se interessem por este livro experimentem com a mesma alegria que nós esses ares de transformação.

Boa leitura!



Sumário

- 19 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL QUE PENSAMOS, A EDUCAÇÃO AMBIENTAL QUE QUEREMOS
 - 20 O campo da educação ambiental
 - 24 A crise da ciência como modelo de explicação do mundo
 - 25 A crise da ciência e a crise ambiental
 - 28 Das dicotomias para as totalidades: um lugar para a educação ambiental
 - 29 A ideia de sustentabilidade e a educação ambiental crítica e emancipatória

- 34 PARA PENSAR UMA ESCOLA SUSTENTÁVEL
 - 35 O papel social da escola
 - 39 Escolas sustentáveis: escolas que cuidam e educam
 - 42 Os espaços escolares e as edificações
 - 45 O currículo
 - 48 A gestão
 - 51 A participação e o engajamento
 - 55 Preparando-se para fazer escolas sustentáveis

- 56 PARA FAZER ESCOLAS SUSTENTÁVEIS: A EXPERIÊNCIA DO INSTITUTO ESTRE
 - 57 A primeira experiência
 - 68 A coordenação do trabalho e as reuniões nas escolas
 - 68 Os sábados de trabalho
 - 69 As aulas abertas
 - 77 A experiência expandida: as escolas sustentáveis em Curitiba
 - 81 Conjunto de reflexões sobre o processo do Instituto Estre com escolas sustentáveis

- 83 COLEÇÃO DE IDEIAS DAS ESCOLAS SUSTENTÁVEIS: UM EXEMPLO
 - 85 Módulo I – Apresentação do Projeto Escolas Sustentáveis



87	O que é o Projeto Escolas Sustentáveis?
87	O que são os coletivos da escola
88	O que são as Oficinas de Cocriação
88	Quais os resultados esperados
88	Qual o cronograma
88	Quais os materiais de apoio
90	Módulo II - Ideias sobre eu, você, nós
98	Módulo III - Mundo, vasto mundo
100	Alguns documentos importantes
102	Entre cachorros e cavalos: a nossa escola
104	Como começar
105	Formas e formas de um diagnóstico participativo
109	Processo e modelos de diagnóstico
112	Módulo IV – O caminho se faz ao andar
118	Módulo V – O caminhante – Elaborando o plano de ação
124	Módulo VI – O caminhante
128	O FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL
130	Educação ambiental nas políticas públicas
131	Escolas sustentáveis como política pública
135	SOBRE O INSTITUTO ESTRE DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL
136	SOBRE OS AUTORES
137	Referências bibliográficas

CAPÍTULO 1

A educação ambiental que pensamos, a educação ambiental que queremos

Toda reflexão sobre escolas sustentáveis deve partir de uma reflexão e clareza profundas sobre a educação ambiental que pensamos e queremos. Esse é um exercício importante de autorreflexão, pois é uma guia mestra, um pano de fundo que proporciona clareza ao olhar, ao pensamento, ao sentimento e à ação.

Neste capítulo, nossa proposta é desenhar algumas reflexões que podem pautar um trabalho educador ambientalista.





mais sobre a ciência e a sua relação com o capitalismo como um dos parâmetros essenciais para pensar em uma educação transformadora. Para isso, baseamo-nos no trabalho de Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses e João Arriscado Nunes (2004).

A CRISE DA CIÊNCIA COMO MODELO DE EXPLICAÇÃO DO MUNDO

Existem muitas formas de conhecer o mundo, mas, a partir do século XVII, acabou-se por eleger a ciência como a forma mais acabada, mais legítima ou mais verdadeira em detrimento de outros saberes. Esse processo levou ao apagamento de diversas outras formas de conhecimento – ao que os autores chamam de epistemicídio – e deu à ciência o monopólio de definir qual conhecimento seria válido e por que vias poderia ser validado.

Esse processo foi longo, controverso e teve a influência de diversos fatores. Um deles foi a íntima relação entre o capitalismo e a ciência como instrumento de produção de tecnologia para a exploração dos recursos naturais e do trabalho.

Com o argumento de levar a racionalidade aos “povos selvagens”, levar a civilização aos “inculturados”, a ciência também foi o braço direito do colonialismo. Enquanto a violência política, social e econômica dos colonizadores moldava as sociedades colonizadas para atender às necessidades capitalistas, mudando sua forma de produção, suas relações comerciais, sua cultura, a ciência desqualificava os saberes locais e instituía sua forma única de conhecimento, levando à supressão de diversas outras formas de conhecer e ver o mundo que não eram eurocentradas nem ocidentais.

Ao colonizado, por não dominar os modos de produção da ciência, restou a condição de objeto de conhecimento. Disciplinas como a história, a antropologia, a biologia e mesmo a religião voltaram-se aos estudos desses povos diferentes, “inferiores”, produzindo um conjunto de interpretações sobre esses não ocidentais que foram tomadas como verdades – porque científicas (Santos, 2007).

Essas verdades carregavam consigo sempre uma premissa: a de que o povo branco europeu era uma categoria superior de seres humanos e, portanto, todo o planeta deveria ser entendido e classificado segundo esse parâmetro. Assim, a título de exemplo, Edward Said (2007), em



cias que pode ajudar a fundar novas formas de copresença com a natureza, numa relação de reciprocidade. Também há os movimentos que vêm buscando conceder à natureza o estatuto de sujeito, seja juridicamente – como as Constituições que têm incorporado direitos da natureza –, seja como movimentos dentro da própria ciência, na biologia evolutiva, etologia, ecologia e primatologia, que buscam estender as linhas de continuidade entre natureza e cultura. Segundo Dorronsoro (2014),

o que resulta mais inquietante é que esses novos conhecimentos e disciplinas nos permitem ter novas perspectivas sobre o que significa a própria cultura, estendendo-a não só a alguns animais, como grandes primatas, cetáceos, elefantes, mas também a algumas espécies de aves e peixes.

Essa compreensão da copresença de saberes, cosmologias e modos de vida povoa o presente com novas experiências que, tornadas visíveis, podem ampliar as possibilidades de transformação social, na prática do que Santos (2011, 2014) e Santos e Meneses (2010) nomeiam Sociologia das Ausências e das Emergências.

A IDEIA DE SUSTENTABILIDADE E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA E EMANCIPATÓRIA

Existem muitos trabalhos que tratam da evolução da ideia de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, com destaque para o documento *Nosso futuro comum*, também chamado de "Relatório Brundtland" (1987), produzido pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED), da Organização das Nações Unidas (ONU). Nesse relatório, aparece pela primeira vez o conceito de desenvolvimento sustentável, mesmo que as discussões sobre a crise ambiental tenham se originado na década de 1960.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em 1992 (Rio-92 ou Eco-92) foi um momento importante dessa trajetória, em que foram criados diversos objetivos e propostas, reunidos sob o nome de *Agenda 21*, que tinha como temas fundamentais a caracterização das dimensões sociais e econô-

CAPÍTULO 2

Para pensar uma escola sustentável

A proposta deste capítulo é fornecer algumas diretrizes teóricas, definições e propostas interessantes que ajudem a pensar a escola sustentável. Certamente os materiais oficiais do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério do Meio Ambiente (MMA) são uma referência importante, já que estruturam um conjunto de formas de fazer que são um excelente ponto de partida. Além deles, também propomos alguns conceitos e ideias que julgamos importantes para essa reflexão.





ESCOLAS SUSTENTÁVEIS: ESCOLAS QUE CUIDAM E EDUCAM

A reflexão sobre a escola, seu papel social, a intencionalidade da sua proposta pedagógica, a coerência entre o que preconiza e o que se faz e a ênfase na riqueza de experiências que configura o “estar sendo” escola sustentável, materializada em cada prática ou espaço educativo, são referências para embasar a ideia de espaços educadores sustentáveis.

No documento *Macrocampo educação ambiental – Mais Educação*, escrito por Trajber e Czapski (2013) para o MEC, as autoras retomam o Decreto nº 7.083/10, que sanciona o Programa Mais Educação, o qual prevê a criação de espaços educadores sustentáveis, por meio da inserção da dimensão socioambiental nos currículos, na formação de professores, na elaboração de materiais didáticos, além da gestão sustentável, a readequação das edificações e a infraestrutura das escolas.

Nesse documento, espaços educadores sustentáveis estão definidos como

aqueles que têm a intencionalidade pedagógica de se constituir em referências de sustentabilidade socioambiental, isto é, que mantenham uma relação equilibrada com o meio ambiente; compensam seus impactos com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, permitindo assim qualidade de vida para as gerações presentes e futuras. (Trajber; Czapski, 2013, p. 1).

Como complemento, propomos também a definição de espaço educador sustentável elaborada no material sobre Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (Com-Vidas):

Um espaço onde as pessoas estabelecem relações de cuidado uns com os outros, com a natureza e com o ambiente. Esse espaço cuida e educa para a sustentabilidade de forma deliberada e intencional, mantendo a coerência entre discurso, conteúdos, práticas e posturas. Além disso, assume a responsabilidade pelos impactos que gera e busca compensá-los com tecnologias apropriadas. Ele nos ajuda a aprender, a pensar e a agir para construir o presente e o futuro com criatividade, inclusão, liberdade e respeito às diferenças, aos direitos humanos e ao meio ambiente. Educa por si mesmo



educador, e, em última análise, acrescentamos, das políticas públicas em nível municipal, estadual e federal.

Como integrar todos esses conceitos em uma metodologia que permita caminhar em direção à sustentabilidade?

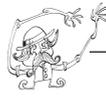
O Projeto Mais Educação sugere que sejam trabalhadas as dimensões do espaço, do currículo e da gestão da escola como metodologia possível. Em seguida, vamos detalhar a importância e o universo que cada um deles circunscreve.



OS ESPAÇOS ESCOLARES E AS EDIFICAÇÕES

Geralmente, projetos de Escola Sustentável recorrem a um questionamento sobre a adequação dos espaços em matrizes mais sustentáveis. O *Manual Escolas Sustentáveis* (MEC, 2013, p. 2), conforme descrito na Resolução CD/FNDE nº 18, de 21/5/2013, define a adequação do espaço físico como

utilização de materiais construtivos mais adaptados às condições locais e de um desenho arquitetônico que permita a criação de edificações dotadas de conforto térmico e acústico, que garantam acessibilidade, gestão eficiente da água e da energia, saneamento e destinação adequada de resíduos. Esses locais possuem áreas propícias à convivência da comunidade escolar, estimulam a segurança alimentar e nutricional, favorecem a mobilidade sustentável e respeitam o patrimônio cultural e os ecossistemas locais.



implica que a comunidade, os usuários da escola, sejam os seus dirigentes e gestores e não apenas seus fiscalizadores ou meros receptores de serviços educacionais”. É um processo que toma tempo, dedicação, espírito coletivo e aprofundamento das questões internas da escola, da sua relação com a comunidade e como reflete seus valores na sua forma de educar.

Gadotti (1994, p. 558) menciona algumas limitações para um processo democrático de construção do PPP da escola, citando a nossa pouca experiência democrática, nossa tendência de atribuir a técnicos a tarefa de tomar decisões, a verticalidade do sistema educacional, o autoritarismo como cultura escolar, a liderança burocrática e corporativista.

Todos esses elementos devem ser contrapostos por um PPP que busque desenvolver uma consciência crítica, envolver a comunidade, fomentar a participação e autonomia, responsabilidade e criatividade no processo e no resultado final. Para ele, revisitar e transformar o PPP é um momento de renovação, de “antever um futuro diferente do presente” (Gadotti, 1994, p. 579).

Diríamos que o PPP é o início e o fim de um ciclo de escolas sustentáveis. É o início porque as práticas de hoje são um reflexo de seu estado atual e toda ação de transformação deve ser também uma ação de mudança do PPP. Portanto, é uma peça-chave no processo de ambientalização dos espaços educadores e sua releitura deve ser considerada um momento-chave em todo o processo.

A PARTICIPAÇÃO E O ENGAJAMENTO

É importante considerar que existem diversas estratégias de mobilização e preparação de grupos para se engajarem em atividades comunitárias e participativas. Em um espectro de sustentabilidade e lembrando a ecologia de saberes, a criação desses coletivos deve passar pela mobilização de diversas partes que nos constituem. Além da racionalidade, que nos é útil para criticar, pensar, elaborar, necessitamos estar com nossos corpos presentes, sensibilidade aguçada, peito aberto e senso coletivo. O grupo do Laboratório de Educação e Política Ambiental (OCA) da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), da Universidade de São Paulo (USP), propõe cinco conceitos – comunidade, identidade, diálogo,

CAPÍTULO 3

Para fazer escolas sustentáveis: a experiência do Instituto Estre

A primeira incursão do Instituto Estre em um projeto de Escolas Sustentáveis aconteceu em 2011. Depois de algum tempo, amadurecendo o processo internamente, resolvemos retomá-lo em 2013. A intenção deste capítulo é relatar essas experiências e falar sobre como reunir todo o conjunto teórico desenhado nos capítulos anteriores em uma experiência prática.





Partimos, então, para apresentar a proposta para municípios do interior de São Paulo localizados no eixo da Região Metropolitana de Campinas e Piracicaba, loci de trabalhos do Instituto Estre e da OCA. Após apresentar o projeto para algumas Secretarias de Educação, acreditamos que a cidade de Piracicaba reunia diversos pontos positivos: a proximidade do espaço da OCA e da universidade, que nos permitiria organizar encontros e eventos com mais facilidade; o interesse e engajamento da Secretaria de Educação; a existência de escolas urbanas e rurais no município.

A apresentação da proposta

O primeiro desafio que enfrentamos foi a apresentação da proposta para as secretarias e, em seguida, para as escolas. Sabemos que a maioria dos projetos de terceiros que chegam a essas instâncias ou estão relacionados ao currículo, ou satisfazem necessidades muito diretas de ações de educação ambiental (como apoio para a gestão do resíduo, apoio para estudos do meio, aulas externas com parceiros, concursos de redação etc.).

Se uma das referências é que o *projeto teria de ser democrático, coletivo e construído com base nos acordos que se formariam*, como apresentar uma projeção de um futuro do qual não tínhamos nenhuma ideia de como seria?

Não raro, saíamos das reuniões um pouco desacreditados – as pessoas tentavam nos ensinar a escrever um projeto, pensavam que éramos demasiado desorganizados para propor algo ou mesmo buscavam encaixar a proposta dentro de um *script* comum, fazendo perguntas como “Vocês vão dar aulas para os alunos?”, “Vai haver algum tipo de concurso ou recompensa?”, “Vocês vão dar dinheiro para coletar água da chuva?”.

Depois de muito dialogar sobre como resolver essa questão, um pouco contra a nossa vontade elaboramos uma proposta mais, digamos, dentro dos padrões. Pensamos que, se fôssemos obstinados em mostrar a organização da proposta, talvez fôssemos bem-sucedidos. E deu certo.

Nosso objetivo geral era fomentar a criação e a continuidade de espaços educadores sustentáveis e tínhamos clareza de que cada escola, cada



A COORDENAÇÃO DO TRABALHO E AS REUNIÕES NAS ESCOLAS

A coordenação, formada por integrantes do Instituto Estre e do OCA, também realizava uma reunião semanal, que variava de quatro a oito horas de trabalho. Nessas reuniões, a equipe repassava os acontecimentos anteriores do projeto, compartilhava o que vinha acontecendo nas reuniões semanais das escolas – uma vez que eram acompanhadas, em sua maioria, pelos estagiários do projeto –, planejava os materiais escritos, criava os objetivos dos sábados de trabalho e acompanhava o cronograma e as ações futuras.

Embora considerássemos os encontros aos sábados, o planejamento semanal, as atividades de produção de conteúdo, organização de eventos etc. a melhor maneira de conduzir a proposta, tudo isso impunha uma rotina de muitas horas de trabalho a todas e todos da equipe, exigindo realmente dedicação exclusiva.

É importante destacar que, em determinado momento, resolvemos abrir as reuniões para todas e todos os participantes do projeto, que também podiam opinar sobre o desenvolvimento de conteúdos.

A maioria das reuniões nas escolas era acompanhada pela equipe do projeto, que participava durante uma ou duas horas da discussão. O seu papel não era só de ouvinte, mas de animadora das propostas e, muitas vezes, de mediadora de impasses. *Os momentos de reunião eram também importantes porque in loco era possível perceber relações de poder, conflitos e problemas da escola que não eram compartilhados durante os sábados.*

OS SÁBADOS DE TRABALHO

Os sábados de trabalho eram um momento de vital importância no projeto, seguindo as diretrizes de coerência, intencionalidade e ênfase em todas as qualidades humanas, além da racionalidade.

Esses encontros de oito horas, um sábado por mês, tinham o objetivo de fortalecer o grupo enquanto coletivo, possibilitando a socialização de erros, acertos, dúvidas, inseguranças e descontentamentos, além de introduzir, de maneira alegre e engajada, os desafios que seriam propostos. Em geral, o encontro era dividido em atividade de boas-vindas, memória do encontro passado, abordagem de temas importantes do projeto, apresen-



A percepção da comunidade escolar sobre os brinquedos e mesmo o combate à evasão de professores foram resultados não previstos pelo plano de ação, mas que estavam claramente relacionados às ações do projeto ao longo do ano. A integração da comunidade escolar interna e a abertura para as vozes de educadoras e educadores, mães, pais, avós, alunas e alunos, funcionárias e funcionários criaram um senso de pertencimento que levou as pessoas a sentirem que deveriam se engajar na melhoria daquelas práticas, que era possível e desejável.

Em termos de organização, acabamos por concluir que revisitar o PPP, melhorar a edificação para a escola e criar um plano de médio prazo para a implementação de escolas sustentáveis eram resultados muito audaciosos, que iam ao encontro da ideia da construção aberta e coletiva. Nenhuma das escolas conseguiu apresentar os três produtos, privilegiando um ou outro e, em sua maioria, propondo novos produtos, resultado de seu percurso particular. Essa reapropriação da autonomia e da potência de ação das pessoas é, para nós, um resultado muito positivo e gratificante de todo o processo.

2. A EXPERIÊNCIA EXPANDIDA: AS ESCOLAS SUSTENTÁVEIS EM CURITIBA

Em 2014, propusemos outro modelo, baseado em demandas da Secretaria Municipal de Curitiba, que gostaria de trabalhar com o universo de 40 escolas de educação integral.

A secretaria já tinha um trabalho tradicional e consolidado de educação ambiental, inclusive com uma equipe dedicada exclusivamente a essa temática. As escolas refletiam esse envolvimento com projetos consistentes e já existia um calendário preestabelecido de formações para educadoras e educadores – que, em sua maioria, lecionavam Práticas Ambientais ou eram coordenadoras e coordenadores do integral.



CAPÍTULO 4

Coleção de Ideias das escolas sustentáveis: um exemplo

Este capítulo visa reproduzir algumas atividades propostas para o projeto de Curitiba em 2014. Nosso objetivo é tornar mais materializada a discussão que viemos fazendo desde o início do livro, pensando em como todas as teorias e indicações de planejamento efetivam-se em uma proposta real de atividades.





MÓDULO I – APRESENTAÇÃO DO PROJETO ESCOLAS SUSTENTÁVEIS

Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes.

Paulo Freire, em *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos* (2000)

Se esta coleção chegou até você é porque, provavelmente, você está interessada ou interessado a se engajar no projeto Escolas Sustentáveis.

Esse projeto já foi realizado em diferentes cidades do Brasil e segue uma diretriz do Ministério da Educação (MEC) de pensar a educação ambiental nas escolas segundo o conceito de escolas sustentáveis, uma proposta que lança um desafio às comunidades escolares das unidades educacionais de tempo integral: as ações de educação ambiental realmente têm levado a escola a se transformar em um espaço educador sustentável?

Nós, educadoras e educadores, temos nos deparado com o chamamento para o compromisso educador ambientalista há algum tempo. Certamente, muito já foi escrito, discutido, pensado e repensado. Também muito já foi feito. Segundo o MEC, mais de 90% das escolas brasileiras realizam alguma ação de educação ambiental, o que varia é a forma e os objetivos dessas atividades. Veja a publicação *Identidades da educação ambiental brasileira* (Layrargues, 2004).

Algumas atividades se restringem a disciplinas específicas, outras envolvem toda a unidade escolar ou são esporádicas e concentram-se em dias comemorativos, entre muitos exemplos. Essa gama variada de atividades nos leva às seguintes perguntas: elas favorecem um olhar crítico sobre a realidade? Elas dão poder às pessoas para transformar o mundo em que vivem? Os projetos de educação ambiental que acontecem na escola propiciam o exercício de uma consciência crítica e emancipatória?

O QUE SÃO AS OFICINAS DE COCRIAÇÃO

São momentos de encontro entre os representantes de todas as escolas com a equipe de coordenação do projeto. As oficinas acontecem para fazer emergir as potencialidades, assim como detectar as dificuldades e as estratégias que permitam ultrapassá-las, porém as respostas e os caminhos são estabelecidos pelos próprios participantes. Elas orientam e dão ritmo às atividades necessárias ao longo do percurso. No gráfico a seguir, apresenta-se como serão organizadas as oficinas.



QUAIS OS RESULTADOS ESPERADOS

Ao final, espera-se que os coletivos das escolas tenham fortalecido a sua comunidade e criado estratégias para encaminhar, em longo prazo, um projeto de Escola Sustentável, refletindo sobre o currículo, a gestão, as edificações e os processos cidadãos dentro de cada UE e na comunidade.

QUAL O CRONOGRAMA

O cronograma apresentado na página seguinte foi o realizado em Curitiba. Mantivemos as datas reais como referência.

QUAIS OS MATERIAIS DE APOIO

Coleção de Ideias da Escola Sustentável com referências, aprofundamento de atividades e leituras que apoiam os momentos do Escolas Sustentáveis.

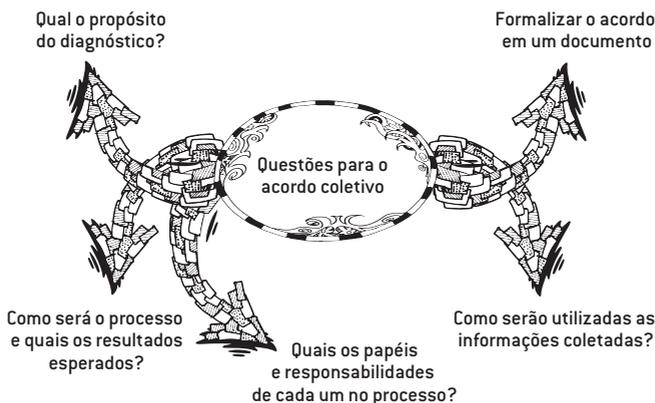
Não há regras que garantam o melhor encaminhamento das situações descritas anteriormente, pois estão relacionadas ao contexto de cada grupo. Mas, então, se os desafios são tantos, por que insistir em um diagnóstico definido coletivamente, de forma participativa?

Porque o diagnóstico deve refletir e expressar a visão de todos. O fato de ser participativo pode implicar algumas dificuldades em sua realização, mas potencializa ações mais eficientes e sustentáveis em longo prazo. As chances de que as soluções mutuamente acordadas sejam respeitadas e tenham continuidade aumentam. Sendo assim, a participação não deve privilegiar determinados grupos ou segmentos, mas constituir-se numa oportunidade efetiva e acessível a todas as pessoas.

Acordos de trabalho com a comunidade

Uma sugestão para conduzir um trabalho com a comunidade escolar é estabelecer um acordo, que pode estimular um diálogo mais aberto, apoiar e fortalecer a apropriação e participação de todos no processo de diagnóstico. A seguir, sugerimos um modelo que pode ajudar a formular esse acordo de trabalho.

Proposta para pensar um acordo coletivo sobre o trabalho de diagnóstico



Facilitação de processos em grupos

Num primeiro momento, o grupo de trabalho da escola precisa ser ampliado, agregando outras pessoas da comunidade para que ajudem a

CAPÍTULO 5

O fortalecimento das políticas públicas em educação ambiental

A permanência e o aprimoramento das escolas sustentáveis estão assegurados, em nossa opinião, se: houver um conjunto de práticas relatadas e problematizadas que constituam um repertório prévio com base no qual novas iniciativas evoluam; as iniciativas atuais incorporarem em seus processos momentos de autorreflexão e contraste com a literatura prévia sobre escolas sustentáveis de maneira a manter o fluxo de aprendizado; se mantiver um contexto favorável para a permanência e criação de processos de escolas sustentáveis.





Sobre o Instituto Estre de Responsabilidade Socioambiental

O Instituto Estre de Responsabilidade Socioambiental é uma organização da sociedade civil de interesse público (Oscip) que se tornou um centro de referência em educação ambiental. Criado em 2006 e mantido pela Estre Ambiental, tem seus projetos divididos em duas áreas de atuação: Educação Ambiental e Conhecimento e Pesquisa.

Em nove anos de atuação, já contou com a participação de mais de 230 mil pessoas em seus programas. Hoje, dispõe de três Centros de Educação Ambiental (Paulínia/SP, Fazenda Rio Grande/PR e Itaboraí/RJ), mas não limita sua ação a seus espaços educadores. Percorrendo o território nacional, promove diálogos e reflexões, com um público cada vez mais amplo e diverso, sobre os seguintes temas: consumo, resíduos, cidadania, espaços educadores sustentáveis e outros temas pertinentes à educação ambiental, processos coletivos e emancipadores. Segue acreditando na educação como caminho para a sustentabilidade. Para obter mais informações, acesse <www.institutoestre.org.br>.

Instituto Estre

PRESIDENTE: Wilson Quintella Filho

DIRETOR EXECUTIVO: Juscelino Dourado

GERENTE DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS: Adriana Norte

COORDENADOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO: Marcos Goldfarb

GESTORA DE EDUCAÇÃO: Alciana Paulino

COORDENADORES E COORDENADORA DE EDUCAÇÃO: Gabriel Wolfensberger Guadalupe, Heloize Souza Montowski e William Koji Sasao de Souza

ASSISTENTE DE PROJETOS: Rodolfo Oliveira Nascimento

EDUCADORAS E EDUCADORES AMBIENTAIS: Júnia Figueiredo, Marcela Chamberlain, Valquíria Fonseca e Vinícius Gomes

CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS: Antonieta Aparecida da Costa Fernandes e Claudio Barboza

MOTORISTA DO ÔNIBUS EDUCADOR: Mario Silva

CONSULTORAS (FORMAÇÃO DA EQUIPE DE EDUCAÇÃO E OFICINAS DE COCRIAÇÃO): Ana Lúcia Piazza e Mônica Maciel

REVISOR DE TEXTOS: Marcos Visnadi



Sobre os autores

Juscelino Dourado

Gestor ambiental, estudou Química na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e na Universidade Lomonosov (Moscou, Rússia) e Administração de Empresas e Gestão Ambiental na Universidade de São Paulo (USP). Foi dirigente de empresas públicas e privadas, entre as quais atuou como Chefe de Gabinete do Ministro da Fazenda e como Diretor de Gestão da Estre Ambiental. É Diretor Executivo do Instituto Estre e atua nas áreas de educação e gestão ambiental, com foco em gestão tecnológica de resíduos, em planos de gestão sustentáveis e em ações de melhoria da qualidade ambiental. É coautor e organizador, respectivamente, dos livros *Reflexão e práticas em educação ambiental: discutindo o consumo e a geração de resíduos* e *Resíduos sólidos no Brasil: oportunidades e desafios da Lei Federal nº 12.305*, além de autor de artigos científicos na área de saneamento. É fundador e conselheiro do Fundo Brasileiro de Educação Ambiental (FunBEA) e possui um *blog* sobre gestão ambiental (www.juscelinodourado.com.br).

Fernanda Belizário

Doutoranda em Pós-colonialismos e Cidadania Global no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal. É mestra em Comunicação e Práticas de Consumo pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), em São Paulo, e graduada em Ciências Sociais e Comunicação Social pela Universidade de São Paulo (USP). Já trabalhou como gestora em instituições públicas e privadas nas áreas de educação e comunicação e foi professora universitária no Brasil. Foi Gerente de Educação do Instituto Estre até 2013.

Alciana Paulino

Cientista social, educadora, escritora e gestora de projetos de educação, cultura e diversidade. Formada pela Universidade de São Paulo (USP), apaixonou-se por educação ambiental quando começou a trabalhar no Instituto Estre, em 2012. Hoje é Gestora de Educação no Instituto e editora e colunista da Revista Geni (<http://revistageni.org>).

Escolas sustentáveis relata um projeto pioneiro e ambicioso em educação para a sustentabilidade, que alia a discussão curricular a uma variedade de atitudes em gestão, no espaço arquitetônico das edificações e no relacionamento com a comunidade.

A obra apresenta propostas teóricas, discussões metodológicas e experiências práticas. Descreve os modelos de atividades utilizadas em unidades escolares, assim como relata as dificuldades para implantação dos projetos e as soluções encontradas.

Resultado de anos de pesquisa e experiência prática do Instituto Estre em parceria com autoridades públicas, pesquisadores e professores, a obra propõe um panorama realista para o desenvolvimento de práticas educadoras ambientalistas e a criação de escolas sustentáveis.



ISBN 978-85-7975-222-3



9 788579 752223